

**Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 45,
de 2012 (nº 3.210, de 2008, na Casa de origem)**

Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003	Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 2012 (nº 3.210, de 2008, na Casa de origem)
	Acrescenta os §§ 5º e 6º ao art. 15 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, vedando a exigência de comparecimento do idoso enfermo aos órgãos públicos e assegurando-lhe o atendimento domiciliar para obtenção de laudo de saúde.
	O CONGRESSO NACIONAL decreta:
	Art. 1º O art. 15 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 5º e 6º:
Art. 15. É assegurada a atenção integral à saúde do idoso, por intermédio do Sistema Único de Saúde – SUS, garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos. § 4º Os idosos portadores de deficiência ou com limitação incapacitante terão atendimento especializado, nos termos da lei.	“Art. 15.....
	§ 5º É vedado exigir o comparecimento do idoso enfermo perante os órgãos públicos, hipótese na qual será admitido o seguinte procedimento:
	I – quando de interesse do poder público, o agente promoverá o contato necessário com o idoso em sua residência; ou
	II – quando de interesse do próprio idoso, este se fará representar por procurador legalmente constituído.
	§ 6º É assegurado ao idoso enfermo o atendimento domiciliar pela perícia médica do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, pelo serviço público de saúde ou pelo serviço privado de saúde, contratado ou conveniado, que integre o Sistema Único de Saúde - SUS, para expedição do laudo de saúde necessário ao exercício de seus direitos sociais e de isenção tributária.”(NR)
	Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.